

RECURSO ADMINISTRATIVO COM PEDIDO DE EFEITO SUSPENSIVO

Ref.: Pregão Eletrônico nº 027/2025 – Processo Administrativo nº 2001/2025

Recorrente: D. ANTUNES TRANSPORTES E SERVIÇOS – CNPJ nº 23.526.514/0001-80

Recorrido: Comissão Permanente de Licitações da Prefeitura Municipal de Sumidouro

I – DOS FATOS

A presente insurgência tem origem no **Pregão Eletrônico nº 027/2025**, que visa à contratação de empresa especializada em serviços de manipulação de alimentos para atendimento à Secretaria Municipal de Educação do Município de Sumidouro/RJ.

Entretanto, a proposta apresentada pela empresa **Conceptwork Ltda. – CNPJ nº 97.536.186/0001-30**, classificada em primeiro lugar, apresenta **vícios técnicos e jurídicos gravíssimos**, que a tornam manifestamente **inexequível, ilegal e incompatível com os princípios regentes das contratações públicas**, especialmente aqueles insculpidos no art. 37 da Constituição Federal e na Lei nº 14.133/2021.

Diante desse cenário, este recurso visa **proteger a legalidade, assegurar a isonomia e garantir a seleção da proposta mais vantajosa**, em favor do interesse público.

II – DO DIREITO

II.1 – Da Violação ao Princípio da Vinculação ao Edital e à Legalidade

Fundamentação Legal:

- **Art. 18 da Lei nº 14.133/2021:**

“A licitação será processada e julgada estritamente conforme as normas deste Capítulo e do edital.”

- **Art. 37, caput, da Constituição Federal:**

“A administração pública direta e indireta de qualquer dos Poderes dos entes da Federação obedecerá aos princípios de legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência (...).”

Fato:

A empresa Conceptwork indicou, na sua planilha, como município de execução **Casimiro de Abreu**, quando, de fato, a licitação refere-se ao município de **Sumidouro**.

Consequência Jurídica:

Tal vício não é meramente formal. Isso impacta diretamente na apuração dos custos operacionais, encargos e tributos, **viciando completamente a proposta**, tornando-a incompatível com o objeto licitado.

Jurisprudência:

“O princípio da vinculação ao instrumento convocatório é um dos pilares do sistema de licitações públicas, não podendo a Administração flexibilizar ou ignorar as regras que ela própria estabeleceu.”

(Acórdão TCU nº 1605/2022 – Plenário)

II.2 – Da Omissão de Tributos Obrigatórios (ISS, PIS e COFINS)

Fundamentação Legal:

- **Art. 59, II, da Lei nº 14.133/2021:**

“Serão desclassificadas as propostas que: (...) II - apresentem preços inexequíveis ou manifestamente inconsistentes com os preços de mercado.”

- **Código Tributário Municipal de Sumidouro (Lei Complementar nº 02/2005, art. 39):**

“A alíquota mínima do ISS é de 2%.”

Fato:

- O ISS foi lançado como **1,99%**, inferior ao mínimo legal municipal (**2%**);
- **PIS e COFINS foram zerados**, sem qualquer comprovação de enquadramento no Simples Nacional ou isenção específica, o que não existe nos autos.

Gravidade:

Omitir tributos obrigatórios afeta diretamente a **exequibilidade** da proposta e representa vantagem competitiva indevida, violando o princípio da **isonomia (art. 5º, caput, da CF)**.

Jurisprudência:

“A ausência de previsão de encargos tributários obrigatórios, como ISS, PIS e COFINS, compromete a exequibilidade da proposta, ensejando sua imediata desclassificação.”
(Acórdão TCU nº 2731/2014 – Plenário)

Doutrina:

Segundo **Marçal Justen Filho**,

“A desconsideração de tributos obrigatórios na planilha é prática que viola a moralidade administrativa e compromete o interesse público, devendo ensejar desclassificação imediata.”

(Comentários à Lei de Licitações e Contratos Administrativos, 2021)

II.3 – Dos Encargos Previdenciários Subavaliados (INSS)**Fundamentação Legal:**

- **Art. 22 da Lei nº 8.212/1991:**

“A contribuição a cargo da empresa, destinada à Seguridade Social, é de 20% sobre a folha de salários.”

- **Art. 59, II, da Lei nº 14.133/2021 (inexequibilidade).**

Fato:

A planilha prevê **INSS de apenas 7,50%**, quando o correto, de acordo com a legislação previdenciária, é **20%**, além de **SAT/RAT (1% a 3%)** e as contribuições obrigatórias aos terceiros (**SESI, SENAI, SESC, SEBRAE, INCRA e Salário-Educação**).

Consequência:

Trata-se de flagrante omissão de encargo, comprometendo a viabilidade econômica e financeira do contrato e, portanto, tornando a proposta **ilegal e inexequível**.

Jurisprudência:

“A omissão de encargos sociais e previdenciários básicos compromete não apenas a exequibilidade da proposta, como também caracteriza prática desleal.”

(Acórdão TCU nº 2622/2013 – Plenário)

II.4 – Do Valor Irrisório para Hora Extra (R\$ 50,00/mês)

Fato:

A previsão de apenas **R\$ 50,00 por mês para custeio de hora extra** para uma equipe de **25 profissionais é claramente incompatível com qualquer realidade operacional**, afrontando não apenas o bom senso, mas também os parâmetros legais de custo.

Fundamentação Legal:

- **Art. 59, II, da Lei nº 14.133/2021 (inexequibilidade);**
- **IN SEGES/ME nº 73/2022;**
- **Acórdãos TCU nº 465/2024 e 948/2024.**

Conceito Técnico:

Além dos custos ordinários, contratos desta natureza necessariamente preveem a realização de horas extras, substituições, afastamentos, folgas legais e licenças, de modo que a previsão orçamentária não pode ser simbólica.

Jurisprudência:

“Proposta que prevê valores irrisórios para itens essenciais, como hora extra, é, por definição, inexecutável e deve ser desclassificada.”
(Acórdão TCU nº 465/2024 – Plenário)

II.5 – Da Ausência de Declaração Contábil**Fundamentação Legal:**

- **Art. 2º, §1º, da Resolução CFC nº 1.137/2008:**

“É obrigatória a assinatura de contador em documentos que contenham informações contábeis destinadas a terceiros.”

- **Exigência expressa no Edital (Anexo II).**

Fato:

A empresa Conceptwork deixou de apresentar a **Declaração Técnica Contábil**, documento essencial para validar a exatidão da planilha de custos.

Gravidade:

A ausência deste documento compromete a **transparência, a veracidade dos dados e a própria fé pública do certame**, em afronta direta ao edital e à legislação contábil brasileira.

Doutrina:

“Toda planilha de custos que espelha informações de natureza contábil exige, como condição de validade, a chancela de profissional habilitado, sob pena de nulidade do ato.”

(Hely Lopes Meirelles, *Direito Administrativo Brasileiro*, 49ª edição)

III – DO PEDIDO DE DILIGÊNCIA OU DA DESCLASSIFICAÇÃO IMEDIATA

A soma dos vícios identificados na proposta da empresa Conceptwork Ltda. demonstra, de forma cristalina, que se trata de uma proposta **materialmente inexecutável e juridicamente inválida**.

Nos termos do **art. 64 da Lei nº 14.133/2021**, é medida de rigor que seja determinada sua **imediata desclassificação**.

Subsidiariamente, se não for este o entendimento inicial, requer-se a instauração de **diligência formal e rigorosa**, para que a empresa apresente:

- Declaração contábil obrigatória;
- Memória de cálculo dos encargos previdenciários e tributários (ISS, PIS, COFINS, INSS e terceiros);
- Justificativa para os valores manifestamente irrisórios, especialmente relativos às horas extras.

IV – DOS PEDIDOS

Diante de todo o exposto, requer-se:

- ✓ **1. Recebimento deste recurso, com efeito suspensivo, nos termos do art. 165, §1º, da Lei nº 14.133/2021;**
- ✓ **2. A desclassificação da proposta da empresa Conceptwork Ltda., diante dos vícios insanáveis aqui demonstrados;**
- ✓ **3. Subsidiariamente, a realização de diligência rigorosa, com exigência de documentos e justificativas;**
- ✓ **4. A reclassificação da proposta da Recorrente, D. Antunes Transportes e Serviços, com adjudicação do objeto, em estrita observância aos princípios da legalidade, isonomia, vinculação ao edital e obtenção da proposta mais vantajosa para a Administração Pública.**

V – DOS TERMOS FINAIS

Por todo o exposto, a Recorrente espera o integral provimento do presente recurso, em homenagem aos princípios da **legalidade, moralidade, eficiência, isonomia e interesse público**, restabelecendo-se a lisura do procedimento licitatório.

Nesses termos,
Pede deferimento.

Sumidouro/RJ, 18 de junho de 2025.

D. ANTUNES TRANSPORTES E SERVIÇOS

CNPJ nº 23.526.514/0001-80

Por seus representantes legais: **Daniel Antunes Barbosa – Sócio Administrador**
CPF nº 161.340.757-28